

## A representação do conhecimento na contemporaneidade

Marilda Lopes Ginez de Lara<sup>1</sup>

Luciana Corts Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** Sob a perspectiva pós-moderna, a visão tradicional do processo de construção do conhecimento baseada na racionalidade é colocada em cheque, questionando-se os parâmetros de uma ciência moderna assentados na crença da simplificação do real e na procura de causalidades formais. Pensar a representação do conhecimento na contemporaneidade deve, portanto, considerar que o conhecimento e sua construção envolvem processos plurais ancorados em contextos socioculturais. Refletir sobre a representação do conhecimento no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) pressupõe, conseqüentemente, compreender como o conhecimento é construído a partir de seus registros, também chamados documentos, e refletir sobre como essa construção e o processo de sua representação são profundamente dependentes de contextos pragmáticos e socioculturais. Tendo como premissa essa relação entre conhecimento, sua representação e as influências dos contextos onde são gerados e/ou interpretados, objetiva-se refletir sobre os fundamentos do campo da Organização do Conhecimento (OC) e, mais especificamente, da Análise Documentária (AD), entendida aqui tanto como disciplina metodológica que orienta a representação mesma do conhecimento no interior do campo mais amplo da OC, como enquanto atividade específica pela qual os registros do conhecimento – os documentos – são analisados, sintetizados e representados. Do ponto de vista metodológico, serão elencadas as principais diferenças entre as visões moderna e pós-moderna sobre o processo de conhecimento, serão discutidas as conseqüências para sua representação no âmbito da OC, e refletir-se-á sobre os parâmetros pragmáticos implicados nas operações realizadas sobre o conhecimento na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Ciência Pós-moderna; Biblioteconomia e Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Análise Documentária; Representação do Conhecimento; Documento.

### *Knowledge representation in contemporaneity*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora Livre-Docente (prof. Associada) aposentada da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. larama@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6050796477124925>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1906-8606>

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo com período sanduíche na University of California, Berkeley. Bibliotecária na Prefeitura Municipal de Guarulhos. lucianacortsmendes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6323276996288559>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9546-6465>

**Abstract:** From a postmodern perspective, the traditional view of the process of knowledge construction based on rationality is put in check. From the same perspective, the parameters of a modern science, based on a belief of a simplification of reality and in the search for formal causalities, are questioned. Thinking about knowledge representation in contemporaneity must, therefore, consider that knowledge and its construction involve plural processes that are anchored in sociocultural contexts. Reflecting on knowledge representation in the context of Library and Information Science (LIS), consequently, presupposes understanding how knowledge is constructed from its records, also called documents. Moreover, it presupposes reflecting on how such construction and the process of its representation are profoundly dependent on pragmatic and sociocultural contexts. Taking as a premise this relationship between knowledge, its representation and the influences of the contexts where they are generated and/or interpreted, our objective is to reflect on the foundations of the field of Knowledge Organization (KO) and, more specifically, Documentary Analysis (DA). Here we understand DA both as a methodological discipline that guides knowledge representation itself within the broader field of KO, and as a specific activity through which knowledge records – documents – are analyzed, synthesized and represented. From a methodological point of view, we will list the main differences between the modern and postmodern views on the process of knowledge construction, we will discuss the consequences for its representation in the scope of KO, and we will reflect on the pragmatic parameters involved in the operations performed upon knowledge in contemporaneity.

**Keywords:** Postmodern Science; Library and Information Science; Knowledge Organization; Documentary Analysis; Knowledge Representation; Document.

## 1 O PROCESSO DE CONHECIMENTO: MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Durante a modernidade, o processo de construção do conhecimento é pautado na racionalidade científica. Originado com a revolução científica moderna e fundado no chamado método científico, ele tem início nas ciências naturais e posteriormente se impõe às outras disciplinas. Segundo Santos,

sendo um modelo global, a [...] racionalidade científica identifica também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2010, p. 10).

Conforme Santos (2010), ao longo do século XX, diversas condições teóricas e sociais levam ao questionamento desse modelo de construção do conhecimento. Segundo o autor (2010, p. 24), do ponto de vista teórico, a identificação de suas limitações e

insuficiências estruturais resultam “do grande avanço no conhecimento que ele propiciou”, ou seja, “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que [ele] se funda”. Do ponto de vista social, ocorreu um processo global de industrialização da ciência que levou ao “compromisso desta com os centros de poder económico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas” (2010, p. 34). Dentre os diversos problemas trazidos nesse processo, Santos aponta que

a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso ao equipamento, o que contribuiu para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, ente os países centrais e os países periféricos (SANTOS, 2010, p. 35).

Os usos e desusos na aplicação da ciência, claramente evidenciados, por exemplo, com o desenvolvimento da bomba atômica, também contribuíram para que fosse repensado o processo de construção do conhecimento moderno (HARVEY, 2011; SANTOS, 2010).

O ideário pós-moderno, surgido a partir da compreensão das limitações da modernidade, coloca a visão tradicional do processo de construção do conhecimento baseada na racionalidade científica em cheque, questionando os parâmetros de uma ciência moderna assentados na crença da simplificação do real e na procura de causalidades formais. Assim, surgem inclusive áreas que buscam compreender como a ciência é construída socialmente, os Estudos de Ciência e Tecnologia (ECT) (KROPF, 2009; SHAPIN, 1995), e como o conhecimento de modo geral, não apenas o conhecimento científico, é construído, armazenado e disseminado, a chamada história do conhecimento (BURKE, 2016; SOUTO, 2018). Se não há mais a primazia do conhecimento produzido dentro do paradigma da racionalidade científica, é necessário considerar o conhecimento resultante, dentre outros, das técnicas, artes e espiritualidade, pois

o conhecimento inclui ideias e conceitos teóricos e abstratos, mas também práticas técnicas e artísticas, o *savoir-faire* e o *know-how*, e até mesmo o conhecimento corporal, aquilo que o antropólogo

francês Marcel Mauss chamou de ‘técnicas do corpo’<sup>3</sup> (JACOB, 2017, p. 86).

No contexto pós-moderno é útil pensar o conhecimento a partir da definição de Jacob (2017, p. 86), como “um conjunto de ferramentas mentais, discursos, práticas, modelos e representações compartilhadas que permitem uma sociedade ou grupos menores a fornecer significado ao mundo no qual eles vivem e a agir sobre ele”. Essa percepção sobre o processo de construção do conhecimento também influencia a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), como veremos a seguir.

## 2 CONHECIMENTO E DOCUMENTO

Os desenvolvimentos da pós-modernidade nos permitem entender que

o conhecimento não existe por si só. Ele está sempre embutido em artefatos ou incorporado em indivíduos, comunidades ou instituições. Mais precisamente, o conhecimento não existe sem as práticas que o constroem, que o fixam e tornam sua circulação e transmissão possível. O conhecimento não existe sem os artefatos que o transportam. Estes artefatos podem ser objetos materiais, tais como livros manuscritos ou impressos, cadernos, tábuas, discurso oral, instrumentos, objetos feitos à mão; eles também podem ser gestos e *savoir-faire*, práticas; eles podem ser declarações orais ou escritas (JACOB, 2017, p. 87).

Somente podemos organizar o conhecimento por meio de suas representações através dos artefatos nos quais ele está de alguma maneira materializado. No contexto da BCI, estes artefatos são registros de informação, ou, na perspectiva da Documentação, documentos. A partir de uma perspectiva tradicional, “documentos são pensados como materiais que ‘fixam’ ou ‘armazenam’ a informação como seus conteúdos”, ou seja, documentos são vistos como resultando de “um ato de *registro* permanente” (DAY, 2016, p. 61, grifos do autor). Podemos dizer que essa visão tradicional do documento é fundamentada no ideário da modernidade. Contudo, na perspectiva de Day (2016), que pode ser entendida como fazendo parte de um contexto pós-moderno, documentos são artefatos que evocam significado.

Para Day (2016), documentos evocam significado tanto por causa dos signos presentes no documento como por causa das ordens de significado sociocultural de

---

<sup>3</sup> As traduções dos textos em outros idiomas são de nossa responsabilidade.

uma comunidade específica. Por esta razão, o autor (2016, p. 61, grifo do autor) entende que um documento não é apenas sobre algo ou sobre alguém, mas ele também é sobre “uma comunidade *documentária compartilhada*” à qual o documento pertence. Portanto, não é o suposto conteúdo de um documento que nos informa, mas “nossas relações com aquilo que nós supomos ser o conteúdo, e o conhecimento se estabelece de acordo com os tipos de expressões e expectativas – o sentido e referências – que formam essas relações” (DAY, 2016, p. 63).

As comunidades discursivas constituem parte das comunidades documentárias compartilhadas, uma vez que sua terminologia – linguagem, termos e fraseologia – é compartilhada em domínios e áreas de atividade específica. Os significados são, assim, identificados e reconhecidos nos discursos de especialidade, sejam eles técnicos, científicos, profissionais, enfim, das comunidades que têm domínio de determinada linguagem e determinados conhecimentos (LARA, 1999).

Os significados evocados pelos documentos nos informam, ou seja, eles efetuam “uma mudança naquilo que conhecemos” (BUCKLAND, 1991, p. 39), tornando-nos capazes de construir nosso conhecimento. Contudo, “um documento se torna *informativo* somente dados certos tipos de práticas documentárias” (FROHMANN, 2004b, p. 397, grifo do autor). Práticas documentárias são as ações realizadas com documentos e elas dependem da materialidade, contexto de produção e uso, institucionalização e historicidade dos documentos, assim como de treinamento, ensino e correção (FROHMANN, 2004b). Estas práticas são parte das ordens de significado sociocultural das quais Day (2016) fala. Para Frohmann,

práticas documentárias e a circulação de documentos de todos os tipos, juntamente com suas tecnologias de produção e consumo relacionadas, se encaixam em estruturas sociais e institucionais e produzem efeitos específicos, dentre os quais, mas não limitados a: objetos de conhecimento teórico e disciplinar, fenômenos culturais, distinção social, hierarquias de especialidade, relações e instituições sociais e ação política (FROHMANN, 2004a, p. 283).

Analogamente, para Latour (2008, p. 21), a biblioteca, e podemos dizer por extensão qualquer sistema de informação, não é “uma fortaleza isolada”, mas sim “o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se em signos”.

Assim, a organização e representação do conhecimento levados a cabo no contexto da BCI, e das instituições que fazem parte de seu âmbito, devem ser consideradas a partir dessa perspectiva sociocultural.

### 3. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

A Organização do Conhecimento (OC) pode ser entendida como parte das práticas documentárias. Segundo Hjørland (2003, 2008), a OC possui dois significados, um restrito e um amplo. A OC em seu sentido restrito “é sobre atividades tais como descrição de documentos, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de ‘instituições de memória’” (HJØRLAND, 2008, p. 86). Já em seu significado amplo, a OC

é sobre a divisão social do trabalho mental, isto é, a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de ‘conhecimento’, etc. (HJØRLAND, 2008, p. 86).

É possível “distinguir entre a organização social do conhecimento por um lado e, por outro, a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento”, de modo que “o sentido amplo é, assim, tanto sobre como o conhecimento é socialmente organizado como sobre como a realidade é organizada” (HJØRLAND, 2008, p. 86). Hjørland (2003) afirma que a BCI não pode ignorar essas visões mais amplas da OC. Para ele (2003, p. 88), “qualquer tentativa de desenvolver princípios frutíferos para a OC na BCI deve ser baseada em teorias mais amplas da OC”.

A Análise Documentária (AD) se caracteriza como OC em significado restrito. Ela é simultaneamente uma disciplina metodológica e uma atividade que compreende análise, síntese e representação de documentos. Deve-se o termo a Jean-Claude Gardin, referindo-se às operações semânticas que ocorrem na transformação de um texto original em uma ou mais palavras-chave, ou ainda, paráfrases, cujo objetivo é facilitar a representação e a recuperação de informações. É importante destacar que a proposta original de Gardin era relativa à análise de textos técnico-científicos, cujos procedimentos podem, contemporaneamente na perspectiva brasileira, serem generalizados a quaisquer tipos de textos no sentido amplo: imagens, sons, dados estatísticos etc.

A apropriação brasileira da AD compreende ‘texto’ de modo mais completo, tal como sugere McKenzie:

Podemos encontrar nas origens da própria palavra ‘texto’ sustentáculo para estender seu significado de manuscritos e impressos para outras formas. Ela deriva, naturalmente, do latim *texere*, ‘tecer’, e, portanto, se refere não a qualquer material específico como tal, mas a seu estado tecido, ao tramar ou tecer dos materiais. De fato, ela não era restrita à tecelagem de têxteis, mas poderia ser aplicada igualmente bem ao entrelaçamento ou entremear de qualquer tipo de material. O *Oxford Latin Dictionary* sugere que ela é provavelmente cognato do védico ‘*tāṣṭi*’, ‘criar através de carpintaria’, e conseqüentemente do grego *τέκτων* e *τέχνη*.

A mudança de criação de um meio material para um sistema conceitual, da tecelagem de tecidos para a rede de palavras, também está implícita no grego *ὕφος* ‘uma teia ou rede’, de *ὕφαίνω* ‘tecer’. Assim como no latim, é somente em virtude de uma mudança metafórica que ela se aplica à linguagem, que o verbo ‘tecer’ serve para o verbo ‘escrever’, que a teia de palavras se torna um texto. Em cada caso, portanto, o sentido primário é um que define um processo de construção material. Ele cria um objeto, mas ele não é característico de nenhuma substância ou qualquer forma. A ideia de que textos são registros escritos em pergaminho ou papel deriva somente de um sentido secundário e metafórico de que a escrita de palavras é como a tecedura de fios (McKENZIE, 1999, p. 13-14).

Assim, como diz Gadamer (2011, p. 506), “todas as estruturas de sentido” podem ser “concebidas como textos”. Textos em sentido amplo, enquanto estruturas de sentido, podem ser entendidos como documentos e, portanto, são passíveis de serem objeto da AD.

Tradicionalmente, o tratamento documentário se dá em dois níveis, um referente ao seu suporte material e um referente ao seu conteúdo. Ao primeiro, convencionou-se chamar representação descritiva e ao segundo, na perspectiva por nós adotada, AD (KOBASHI, 1994). O termo “representação descritiva refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos” (ORTEGA, 2011, p. 45). Em documentos escritos a representação descritiva engloba, por exemplo, o título de uma obra e dados referentes à autoria e publicação; em obras de arte, título e criador, materiais e técnicas de produção. Segundo Macambyra (2009), a representação descritiva do



documento filme abarca título, direção, empresa produtora, intérpretes e características de som e de cor, dentre outros.

A AD, por sua vez, tem como objetivo “elaborar representações condensadas daquilo que é dito em um dado texto” (KOBASHI, 1994, p. 20). O produto do processo de AD é a representação documentária, ou seja, os resumos e os índices, que cumprem objetivos pragmáticos de facilitar a organização e a recuperação da informação. Desse modo, dentro de um sistema de informação, “o ciclo documentário pressupõe duas operações básicas e complementares: a fabricação de Informações Documentárias e a Recuperação da Informação” (KOBASHI, 1994, p. 20-21).

Segundo Kobashi (1994, p. 22), a fabricação de informações documentárias é a “transformação de um objeto (documento) em outro objeto (informação documentária), por meio de operações de análise e de síntese”. Conforme a autora (1994, p. 22), as informações documentárias, ou seja, os resumos e os índices, têm como função “permitir selecionar, de um universo de objetos, aqueles que poderão responder a uma necessidade de informação”. Já a recuperação da informação, ou seja, “a identificação e a localização das informações pertinentes, [...] é uma ação no interior da qual se correlacionam a questão proposta pelo usuário e as informações documentárias armazenadas” (KOBASHI, 1994, p. 22). Por essa razão, é possível dizer que “entre a produção de informação documentária e a recuperação existe uma relação de pressuposição recíproca: a recuperação não é factível sem uma ação anterior, denominada Análise Documentária” (KOBASHI, 1994, p. 22).

As operações básicas da AD são a análise, síntese e representação, sendo que as operações de análise e síntese são processos de desestruturação e a operação de representação é um processo de estruturação (KOBASHI, 1994). Os processos de desestruturação são assim denominados porque deve ocorrer uma desconstrução do documento, de modo a que seja possível identificar sua informação principal, para que em seguida se proceda à estruturação e produção da informação documentária, ou seja, dos resumos e dos produtos resultantes da indexação, sejam eles palavras-chave, descritores ou notações classificatórias. Nesse sentido, “a Análise Documentária é um *processo transformador*, isto é, transforma um sistema



de significação – o texto – em outro sistema – a representação documentária” (COHEN, 1995, p. 38, grifo da autora).

Tais procedimentos documentários operam uma redução crescente do documento: do documento para o resumo e do resumo, ou diretamente do documento, para o índice. Ocorre no processo de AD, portanto, uma representação cada vez mais condensada do documento: a representação por condensação e a representação por intermediação. A representação por condensação por excelência é o resumo; as representações por intermediação compreendem os descritores e as notações classificatórias de um modo geral (LARA, 1993).

O resumo constitui um instrumento de decisão sobre a consulta ao texto, já que faz remissão a referenciais de assuntos nele tratados. Quando realizamos a AD de um documento escrito, o resumo sintetiza a informação, o objeto da AD, mantendo a mesma estrutura semiótica do original, ou seja, os resumos são escritos em linguagem natural, da mesma forma que o documento original. É preciso observar, no entanto, que se o documento objeto da AD não é um documento escrito, mas de outra natureza, como, por exemplo, um filme, sua representação documentária do tipo resumo também é produzida em linguagem natural, mas há a alteração do código de partida, ocorrendo algo como uma transcodificação, ou seja, uma mudança de código, ou alteração da estrutura semiótica original: no caso do exemplo dado, ocorre a mudança da estrutura semiótica que configura um filme, para a estrutura semiótica que caracteriza o texto escrito.

Já a representação por intermediação caracteriza os produtos documentários que usam um outro sistema semiótico, a linguagem documentária, que gera os índices. Estes são produtos mais generalizantes que têm relativa independência do sistema de significação do texto ou documento. Por esse motivo, são apenas indiretamente vinculados aos documentos que representam, muito embora se refiram aos conceitos neles presentes.

A linguagem documentária é “uma linguagem construída, oposta à natural, portanto, que tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação” (TÁLAMO, 1994, p. 10). Linguagens documentárias são “instrumentos intermediários, ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a

‘tradução’ da síntese dos textos e das perguntas dos usuários” (CINTRA et al., 2002, p. 34). Dentre as funções da linguagem documentária está a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original. Essa normalização é realizada observando a terminologia e o sistema conceitual dos domínios ou áreas de atividade consideradas.

Pode-se afirmar que na representação por intermediação também ocorre o processo de transcodificação anteriormente descrito, uma vez que a linguagem documentária não tem a mesma estrutura semiótica da linguagem natural. Neste tipo de representação, tanto documentos textuais como documentos de outra natureza são representados por uma estrutura semiótica diferente daquela que configura o documento original.

Kobashi (1994) entende que algumas propriedades são necessárias à informação documentária para que ela cumpra suas funções de maneira adequada: concisão, pertinência, precisão e objetividade. Para a autora (1994, p. 103), a propriedade da concisão pressupõe que “o resumo e o índice devem fornecer informação suficiente, não mais do que o necessário”. Essa propriedade “é fundamental para a economia do sistema porque facilita a estocagem e a recuperação das informações” (1994, p. 103). Segundo a propriedade de pertinência, “o resumo e o índice devem representar o conteúdo do documento tão fielmente quanto possível”, ou seja, “não se pode integrar a eles informações que não estejam no texto original” (1994, p. 103). Já conforme a propriedade de precisão e objetividade, “o resumo e o índice não deve[m] comportar ambigüidades, devendo ser formulados em termos precisos” (1994, p. 103).

O processo de AD, além disso, é condicionado por diversas variáveis:

- a) a estrutura do texto original;
- b) a informação bruta presente neste mesmo texto;
- c) o estado de sistematização metodológica e terminológica da área em questão;
- d) a instituição na qual o processo se desenvolve;
- e) o usuário da informação documentária;

f) o estoque de conhecimento anterior do documentalista e sua formação ideológica (LARA, 1993, p. 42).

Documentos são produzidos e configurados de diferentes modos em diferentes áreas. Entender sua estrutura é fundamental para que se possa identificar adequadamente as informações essenciais nele presentes, suas informações brutas, de modo a que elas possam ser apropriadamente representadas para que os usuários de um sistema de informação possam recuperá-las. Além de como as informações são estruturadas em um documento, a sistematização metodológica e terminológica da área à qual o documento pertence influenciam o processo de AD, uma vez que maiores níveis de estruturação facilitam a representação documentária.

Além dessas variáveis “endógenas” ao documento, há que se levar em consideração variáveis “exógenas” que também influenciam o processo de AD. A instituição na qual são produzidas as informações documentárias estabelecem seus usuários e determina o contexto geral em que ocorre o processo de AD, indicando quais documentos são incorporados ao sistema de informação, assim como de que modo as informações documentárias devem ser produzidas para cumprir seus objetivos. A última variável exógena é o próprio documentalista, o profissional responsável pela produção dos resumos e índices, cujo estoque de conhecimento anterior e ideologia influenciam a produção da informação documentária. Nesse sentido, o processo de AD pode ser entendido como um processo hermenêutico (MENDES, 2019).

A AD pode ser assim considerada porque ela pressupõe a interpretação do documento, sendo que a “interpretação é sempre relativa a um contexto, perspectiva e vocabulários particulares [...] que juntos constituem o que Heidegger chama de ‘situação hermenêutica’, na qual a interpretação se desenvolve” (LAFONT, 2005, p. 277). A interpretação do documento acontece assim dentro de uma situação hermenêutica específica e ela somente pode ocorrer a partir do horizonte de compreensão do documentalista (MENDES, 2019).

Para Gadamer (2015, p. 399), o “horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que pode ser visto a partir de determinado ponto”. Para o documentalista, esse horizonte é formado a partir da rede de significados que ele compartilha com

os usuários de seu sistema de informação a partir de padrões normativos de interpretação e conduta do fazer profissional – prescritos pela tradição teórica e prática desenvolvida no âmbito da BCI – e por tudo aquilo que é significativo para o documentalista na sua individualidade (MENDES, 2019).

De uma situação hermenêutica e de um horizonte de compreensão específicos é que pode ocorrer o processo de AD, sendo que “a representação documentária é o culminar do processo de interpretação e compreensão do documento” (MENDES, 2019, p. 106).

A representação documentária, produto da AD é uma construção de natureza linguístico-semiótica. Ela se apoia nos objetivos institucionais e na linguagem das comunidades discursivas dos domínios de conhecimento e/ou áreas de atividade, caracterizando-se como uma hipótese de organização da informação que tem objetivos pragmáticos de facilitar a sua recuperação. Considerar a representação como hipótese constitui uma escolha pragmática construída em função de objetivos – a finalidade do sistema de informações. Se é uma escolha, não se pode afirmar qual é o conteúdo do documento de uma forma definitiva. Ele também é uma hipótese de interpretação, cuja validade se relaciona também à estabilidade e aceitação do sistema conceitual das comunidades documentárias e discursivas considerado.

As referências das terminologias concretas dos domínios de especialidade e das áreas de atividade fornecem apoio para as hipóteses de leitura. Enquanto campo de estudos da Linguística Aplicada, a Terminologia se propõe a identificar, a compreender e a mapear a terminologia efetivamente utilizada pelas comunidades discursivas. Ao mesmo tempo que se observam as comunidades discursivas, também são identificadas as características da recepção, seja por meio da identificação das referências mais compartilhadas, das variações conceituais e/ou de denominação, bem como das formas de uso dos termos. Mais ainda, o campo da Terminologia se preocupa em observar e mapear a forma como se organizam as áreas de conhecimento, reunindo meios para a validação social dos termos.

Ao validar socialmente os termos, a Terminologia remete aos sentidos dados a eles pelas comunidades discursivas onde são utilizados. Isso permite dizer que os termos constituem, nessa condição e do ponto de vista semiótico, interpretantes, ou ainda

espécies de operadores de sentido que são mecanismos que orientam a significação. Funcionam tal como ‘embreantes’ (GRANGER, 1974) que permitem que um descritor remeta a um sentido particular dentro de um domínio do saber de uma área de atividade. Os embreantes desencadeiam o processo de correlacionar o signo (aqui, o termo e o descritor) a seus interpretantes em função de sentidos compartilhados socialmente.

Associando-nos também ao pensamento de Day (2016), podemos complementar que a representação documentária realizada dentro de um sistema de informação é *uma* das possibilidades de sentido que um documento evoca. Essa representação se insere em um sistema de informação específico que disponibiliza documentos e suas representações para usuários determinados, ou seja, ela é produzida no cerne de uma comunidade documentária compartilhada específica, que é também uma comunidade discursiva específica. Desse modo, o processo de AD e as representações documentárias dele resultante são, nas palavras de Frohmann (2004a, 2004b), práticas documentárias que tornam informativos os documentos de um determinado sistema de informação. Ou seja, por meio da AD e das representações documentárias ocorre o processo que Latour (2008, p. 21) descreve como “matérias tornando-se em signos”.

Partindo da ideia de Briet (2016) de que documentos são índices, ou seja, signos indiciais, Day entende que tal qualificação remove os documentos

do domínio da ‘nomeação direta’ (onde o nome e o nomeado, assim como a definição e aquilo que é definido, parecem permanecer na mesma escala de significado, mesmo que sua forma documentária – por exemplo, a transição de um artigo para seu resumo – mude) para um mundo que aponta entre diferentes regimes ou sentidos (DAY, 2016, p. 58).

Isto ocorre porque para o autor, na epistemologia de Briet,

não existe garantia de prevenção da perda ou mudança de significado, pois discursos sobre os entes nomeados seguem o ato de nomeação do documentalista [...] e esses discursos podem conter suas próprias gramáticas ou jogos de linguagem, de modo que o significado ou referência do ente muda porque seu sentido muda (DAY, 2016, p. 58).

Documentos evidenciam algo, ou seja, significam algo “apenas por causa de sistemas culturais e sociais de nomeação e de discursos” (DAY, 2016, p. 59). A representação documentária é parte desses sistemas culturais e sociais de nomeação e de discursos.

A ideia de que a representação documentária é um ato de nomeação também é encontrada em Olson (2002, p. 4), para quem “nomear é o ato de conferir um nome, de rotular, de criar uma identidade. É um meio de estruturar a realidade”. Para ela (2002, p. 4), nomear “impõe um padrão ao mundo que é significativo ao nomeador”, uma vez que

Cada um de nós nomeia a realidade de acordo com sua própria visão do mundo construída a partir de significados passados na nossa própria experiência. Cada um de nós cria nossa própria estrutura através da nomeação. Nomear não é, portanto, um processo aleatório, apesar de ele ser variado (OLSON, 2002, p. 4).

A palavra nomeação “conota o poder de controlar a representação de assunto e, portanto, o acesso” (OLSON, 2002, p. 4). Ao nomear, bibliotecários decidem “o que representar e o que deixar sem nome”, de modo que “como bibliotecários, nós decidimos como representamos assuntos e, portanto, afetamos o acesso a, e o uso da informação contida em, e do conhecimento derivado dos documentos que catalogamos” (OLSON, 2002, p. 4). Assim, “nomear informação, portanto, não é simplesmente representação da informação, mas também é a *construção* dessa informação” (OLSON, 2002, p. 6, grifo nosso). Mais uma vez fica evidente que a representação documentária é resultante de uma prática que confere “informatividade” ao documento (FROHMANN, 2004a, 2004b), que torna o documento enquanto matéria, em signo (LATOUR, 2008).

Essa questão do poder que o bibliotecário tem de controlar aquilo que um documento representa possibilita entender que sistemas de informação “são necessariamente repletos de valores éticos e políticos modulados por procedimentos administrativos locais. Estes sistemas são criadores ativos de categorias no mundo, assim como simuladores de categorias existentes” (BOWKER; STAR, 1999, p. 321). Ao falar dos sistemas de classificação que cientistas da informação, tal como bibliotecários, planejam e utilizam para representar assuntos, Bowker e Star (1999, p. 4) afirmam que “poucos os veem como artefatos que

incorporam escolhas morais e estéticas que por sua vez criam as identidades, aspirações e dignidade das pessoas”. Contudo, o desenvolvimento e uso de todos os sistemas de classificação bibliográficos e dos outros tipos de linguagens documentárias implicam escolhas morais e estéticas que impactam aqueles que fazem uso de um sistema de informação. Isto se deve porque, como colocam os autores (1999, p. 5-6, grifo dos autores), “cada padrão e cada categoria valorizam algum ponto de vista e silenciam outro. Isto não é inerentemente uma coisa ruim – de fato, isso é inescapável. Mas isso é uma escolha ética e como tal isso é perigoso – não é ruim, mas é perigoso”. Os autores (1999, p. 324) concluem, assim, que os esquemas de classificação, e podemos dizer que por extensão os outros tipos de linguagens documentárias, são “produções políticas e culturais”.

A AD, portanto, não é uma atividade neutra no interior do campo da OC. Ela influencia seus públicos por meio dos dispositivos de representação, enquanto produtos culturais, no exercício de seu papel social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que foi exposto mostra que a BCI tem, no traço “social aplicado”, a garantia de que o uso social do conhecimento registrado seja efetivamente o objetivo perseguido por todas as suas ações. O entendimento de seu caráter aplicado – qualificação recente a que se submete a ciência – decorre, necessariamente, de seu estatuto como parte de uma ciência pós-moderna.

De fato, a AD, tanto enquanto disciplina metodológica como enquanto atividade de natureza metalinguística, se insere no contexto pós-moderno ao privilegiar a comunicação do conhecimento e de seus registros, os documentos, “nos contextos social, institucional e/ou individual de usos e necessidades de informação” (SARACEVIC, 1992, p. 11).

No interior da OC e da BCI, a AD, enquanto parte de uma ciência aplicada, caracteriza-se pelos princípios de uma ciência pós-moderna, quer quando se apoia na observação das comunidades documentárias e discursivas e privilegia o uso dos termos como base de suas atividades e instrumentos de representação, quer quando não se isenta de considerar os contextos socioculturais onde se inserem os



processos de representação de documentos. Seus princípios condutores, enquanto disciplina e atividade de elaboração de produtos documentários, contribuem para a promoção da circulação do conhecimento, influenciam como algo se torna informativo, as possibilidades de se informar, de promover o desenvolvimento do conhecimento e, enfim, do uso social dos documentos quando da apropriação dos significados que eles evocam.

É por essas razões que é possível dizer que “as instituições que desenvolvem atividades de tratamento da informação têm papel preponderante no processo de inclusão/ exclusão/ criação/ marginalização de conhecimento” (ZAMBONI; FRANCELIN, 2016, *online*). Não sendo neutra, tampouco universal, a AD, enquanto atividade de organização e representação do conhecimento, é política e ideológica, histórica e socialmente contextualizada, não se eximindo do fato de que impõe aos sistemas de informação uma perspectiva, uma visão de mundo particular.

## REFERÊNCIAS

- BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan L. *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- BRIET, Suzanne. *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2016.
- BUCKLAND, Michael. *Information and information systems*. New York: Praeger, 1991.
- BURKE, Peter. *What is the history of knowledge?* Cambridge: Polity Press, 2016.
- CINTRA, Anna M. M. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra-Chave, 4).
- COHEN, Diana M. *O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.27.2017.tde-09032017-174649>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27137/tde-09032017-174649/pt-br.php>. Acesso em: 02 out. 2022.
- DAY, Ronald E. All that is the Case: Documents and indexicality. *Scire: representación y organización del conocimiento*, v. 22, n. 1, p. 57-63, 2016. DOI: <https://doi.org/10.54886/scire.v22i1.4304>. Disponível em:

<https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4304>. Acesso em: 02 out. 2022.

FROHMANN, Bernd. *Deflating information: from Science Studies to Documentation*. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-07, 2004b. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/1775>. Acesso em: 02 out. 2022.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 15. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. A universalidade do problema hermenêutico. In: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. 6. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011. p. 255-270.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, [Würzburg], v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2003-2-87>. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-2-87/fundamentals-of-knowledge-organization-volume-30-2003-issue-2?page=1>. Acesso em: 02 out. 2022.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, [Würzburg], v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86/what-is-knowledge-organization-ko-volume-35-2008-issue-2-3?page=1>. Acesso em: 02 out. 2022.

JACOB, Christian. *Lieux de Savoir: places and spaces in the History of Knowledge*. *KNOW: A Journal on the Formation of Knowledge*, v. 1, n. 1, p. 85-102, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1086/692293>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/692293>. Acesso em: 02 out. 2022.

KOBASHI, Nair Y. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KROPF, Simone P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

LAFONT, Cristina. Hermeneutics. In: DREYFUS, Hubert; WRATHALL, Mark (eds.). *A companion to Heidegger*. Malden: Blackwell, 2005. (Blackwell companions to philosophy). p. 265- 284.

LARA, Marilda L. G. *A representação documentária: em jogo a significação*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.  
DOI: <https://doi.org/10.11606/D.27.2019.tde-21112019-154348>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27137/tde-21112019-154348/pt-br.php>. Acesso em: 02 out. 2022.

LARA, Marilda L. G. *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.  
DOI: <https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-02122019-153131>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-02122019-153131/pt-br.php>. Acesso em: 02 out. 2022.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 21-44.

MACAMBYRA, Marina. *Manual de catalogação de filmes da biblioteca da ECA*. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação/ECA/USP, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788572050746>. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/58>. Acesso em: 02 out. 2022.

McKENZIE, Donald F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MENDES, Luciana C. *Em busca da sistematização do corpo teórico-conceitual da Ciência da Informação: uma abordagem hermenêutica*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-26072019-103007>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26072019-103007/pt-br.php>. Acesso em: 02 out. 2022.

OLSON, Hope A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Springer Science+Business Media, B.V., 2002.

ORTEGA, Cristina D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-60, 2011. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v7i1.402>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3288>. Acesso em: 02 out. 2022.

SANTOS, Boaventura S. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Afrontamento, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, Pertti, CRONIN, Blaise. *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SHAPIN, Steven. Here and everywhere: sociology of scientific knowledge. *Annual Review of Sociology*, [Palo Alto], v. 21, p. 289-321, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.21.080195.001445>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.so.21.080195.001445>. Acesso em: 02 out. 2022.

SOUTO, Romélia M. A. O que é história do conhecimento? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230060>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xKbpXWVfVcxRQh35nJkjNH/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

TÁLAMO, Maria F. G. M. *Linguagem documentária*. São Paulo: APB, 1994. (Ensaio APB, n. 45).

ZAMBONI, Rita C. V.; FRANCELIN, Marivalde M. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. *Anais eletrônicos* [...]. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002793479>. Acesso em: 02 out. 2022.